

# Civis e militares

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



A relação entre civis e militares em matéria de política, no Brasil, é conflituosa desde a Proclamação da República, que foi, na verdade, uma quartelada. Havia um problema quanto ao destino dos Voluntários da Pátria que lutaram na guerra do Paraguai. O Exército não era, na época, uma força permanente e poderia ser dissolvida em época de paz. E o eterno problema de baixos salários. Além disso, as ideias consideradas modernas no século 19, do professor francês Augusto Comte, tiveram peso relevante na política da época. Ele sugeria a criação de um regime democrático protegido de sublevações: era a chamada ditadura republicana. Ordem e progresso.

Tudo isso junto, somado à libertação dos escravos sem qualquer contrapartida para os fazendeiros (nem para os cativos), provocou um enorme desgaste do Imperador junto às classes dominantes. Preparou o terreno para o rápido fim do antigo regime. O golpe de Estado ocorreu de maneira desorganizada e atrapalhada no centro do Rio de Janeiro no dia 15 de novembro de 1889. Dele decorreu a consequente expulsão da família real do Brasil. D. Pedro II morreu dois anos depois no Hotel Bedford em Paris.

Os dois primeiros presidentes da jovem República brasileira foram marechais do Exército. A República tem esse selo de procedência. Ela tem origem militar. Durante o Império, havia quatro poderes, o quarto deles, chamado Poder Moderador, era exercido pelo imperador, que tinha o poder de dissolver o Congresso e indicar um novo

gabinete para administrar o país. O sistema funcionou bem durante os quase 50 anos da administração de Pedro II. Garantiu a integridade do território nacional. Os militares, na República, não herdaram esse privilégio imperial. Não há poder moderador no Brasil republicano.

Em 1922, os tenentes se revoltaram no Forte de Copacabana. E saíram andando pela praia armados em desafio ao governo. Os 18 foram interceptados na altura da Rua do Matoso, hoje Siqueira Campos. Eles foram presos, feridos ou mortos. Foi o início do processo que deu origem à sublevação do 5 de julho de 1924 em São Paulo e, por sua vez, originou a Coluna Prestes. O movimento atravessou o país na diagonal. Militares e civis caminharam desde a Foz do Iguaçu até o Rio Grande do Norte. Ao longo do trajeto, tomaram conhecimento da realidade nacional. A partir dessa marcha, alguns militares entraram para a política. Luís Carlos Prestes aderiu ao comunismo.

A atual tensão entre militares e o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, não é, portanto, nova. Boa parte dos oficiais entendem que o Supremo Tribunal Federal não poderia ter desprezado as acusações contra Lula reveladas pela Operação Lava-Jato. Tensão é diferente de ação. Ninguém conseguiu levantar provas contra o processo eleitoral, nem contra as urnas eletrônicas. Os militares acompanharam todo o desenrolar do pleito. Fiscalizaram a eleição e não encontraram nada que pudesse significar vício ou fraude.

Restou o mal-estar e a agitação das vivandeiras que continuam na frente de quartéis a rezar

dante de pneus e muros na tentativa de encontrar algum argumento capaz de alterar o resultado da eleição presidencial. Outra consequência foi a decisão conjunta dos comandantes das três forças de deixar o cargo antes do final do ano. Diante do fato, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, deve adiantar a indicação do novo ministro da Defesa, provavelmente José Múcio Monteiro, pernambucano, bom de conversa, ex-ministro do Tribunal de Contas da União.

No ano passado, Lula, após ter restabelecido seus direitos políticos, enviou emissários na tentativa de estabelecer diálogo com militares. Não conseguiu nada. Bolsonaro proibiu qualquer contato entre fardados e o líder do PT. Ele, aliás, demitiu o ministro da Defesa e os três comandantes das três forças, em 2021, que não queriam se envolver com política. O presidente exigia fidelidade total. O resultado de tudo isso é que não haverá equipe de transição para lidar com assuntos militares.

O novo governo deverá nomear um civil para o Ministério da Defesa. Os novos comandantes militares assumirão suas funções sintonizados com o novo tempo. Mas o surpreendente convite para Lula se reunir com Joe Biden, em Washington, antes da posse, muda o cenário. O governo dos Estados Unidos quer propor ações conjuntas em várias áreas, o comércio, por exemplo, é deficitário para o lado brasileiro, mas também pretende tornar público seu apoio à transição democrática limpa e correta em Brasília. É recado muito claro, capaz de atingir até olhos menos sensíveis.

## A Copa do Mundo do Catar e os riscos de match-fixing

» FELIPE AUGUSTO LOSCHI CRISAFULLI  
Doutorando em direito civil e mestre em ciências jurídico-políticas, é professor de cursos de direito desportivo e áreas correlatas

Em tempos de Copa do Mundo — evento que, tal qual os Jogos Olímpicos de Verão, atrai a atenção de quase metade da população mundial —, as preocupações com possíveis manipulações de resultados (match-fixing) sempre voltam à tona. Embora decerto nenhum torneio ou país esteja isento desse risco — há casos na Uefa Champions League, Uefa Europa League, na Alemanha, na Bélgica, na Itália, em Portugal, no Brasil —, cada vez mais as atividades suspeitas, que, por regra, estão ligadas a apostas, vêm se verificando em locais de menor tradição futebolística, isto é, aqueles cujas ligas têm menos relevância (ex.: países cujos clubes não disputam competições internacionais ou atletas têm nível técnico inferior) ou seus torneios contam com menos apelo de público (ex.: campeonatos estaduais cujos clubes não participam das Séries A e B do Brasileiro).

Isso porque, nessas circunstâncias, os manipuladores de resultados (match-fixers) se sentem mais à vontade e mais confiantes para convencer os jogadores, treinadores, árbitros ou dirigentes a se engajar na dita manipulação, firmes na ideia de que, por receberem remunerações menos vultosas, serem menos profissionais ou estão menos nos holofotes dos órgãos de controle, essas pessoas tendem a ser mais facilmente convencidas de seus propósitos ilícitos ou ilegais.

Nesse sentido, o Mundial de Seleções acaba sendo uma competição com risco relativamente baixo de match-fixing, justamente por estarem todos os olhos voltados para o torneio. Ainda assim, com projeções de apostas durante o torneio na ordem dos mais de US\$ 150 bilhões ao redor do planeta, todo cuidado é mais que bem-vindo.

Dai, até por se tratar da menina dos olhos de ouro da Fifa, a entidade tomar as devidas precauções para evitar que a integridade desportiva seja abalada, adotando abordagens de prevenção às mais variadas formas de manipulação ou influência ilegal em partidas e competições, bem como atuando repressivamente, por intermédio de seus órgãos decisórios.

Preventivamente, as formas mais corriqueiras de evitar o match-fixing envolvem desde a instituição de sistemas de integridade até programas educacionais para os players desse mercado, a saber, técnicos, atletas, árbitros e dirigentes, mas também os torcedores em si, enquanto consumidores do produto apostas esportivas que são.

O foco, pois, há de ser tanto naqueles que poderão, em teoria, “se deixar vender” por aliações, que busquem manipular resultados, até aqueles que eventualmente se depararão, algum dia, com tal situação, a fim de que repilam fazer parte desse tipo de esquema e, em simultâneo, o denunciem através dos canais próprios para tanto, sejam eles estatais, sejam aqueles mantidos pelos entes de administração do desporto.

Como exemplo dessas decisões repressivas, um dos casos mais emblemáticos, e que guarda direta relação com a Copa do Mundo, é o do ex-árbitro ganhês Joseph Lamprey, banido para sempre do futebol após uma investigação da Fifa apontar a sua participação em numerosos escândalos, publicamente documentados, ao longo de seis anos. O episódio que desencadeou a investigação e culminou no referido banimento se deu após uma partida das eliminatórias da Copa da Rússia entre África do Sul e Senegal, em 2016, na qual operadores e monitores de integridade identificaram um volume fora do padrão de apostas centradas no over de gols das equipes, o que acabou por ser posteriormente correlacionado a “decisões erradas intencionais” do hoje ex-árbitro.

De todo modo, uma coisa é certa: trata-se de briga de gato contra rato. De um lado, alguém (o manipulador do resultado) tentando intervir na partida ou competição e maximizar seus ganhos, sempre de olho na equação retorno sobre o investimento e liquidez; de outro, os órgãos que administram o desporto (além do Estado, é claro), rastreando os movimentos das linhas de apostas (follow the money), buscando detectar irregularidades e evitar danos, diretos ou colaterais, às suas modalidades (e também à saúde pública, à economia e à sociedade como um todo).

A bem da verdade, contudo, não para por aí: no meio disso ainda temos o mercado, precisando cada tipo de aposta, das mais tradicionais — e.g., placar do jogo, vencedor da partida, campeão do torneio — aos chamados eventos menores — v.g., o minuto em que determinado jogador receberá um cartão vermelho, qual equipe cobrará o primeiro escanteio, quantos arremessos laterais ocorrerão no segundo tempo da partida, etc. —, e tentando se proteger e reduzir os riscos de interferências externas nos resultados das competições.

No fim das contas, portanto, as casas de apostas acabam sendo, também — quer se queira, quer não —, verdadeiras aliadas do próprio esporte para a sua segurança e confiabilidade. O atuar conjunto destas com as entidades de administração é algo cada vez mais essencial ao esporte mundial, na busca pela maior transparência e insuspeição de suas atividades — e não será diferente durante a Copa do Mundo do Catar.

## A ideologia e a política

» EDSON VISMONA

Advogado, presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), do Fórum Nacional de Combate à Pirataria e Ilegalidade e do Instituto Brasil Legal

É certo que ideologia deve impulsionar a política, estimulando valores e propostas voltadas para a realização de projetos. Na democracia, deveríamos ter o embate de ideias defendidas por partidos políticos e, com a eleição, quem tem mais votos assume o poder para colocá-las em prática. Porém, na realidade, a ideologia deixou de nortear os governos e tem sido utilizada para justificar decisões que se afastam dos fatos da vida, o que vale tanto para partidos como para os governantes.

Para alcançar os fins propostos por qualquer visão ideológica, se impõe viabilizar os meios. No plano econômico, é fato que a inflação afeta com muito mais força a população carente, que são os mais sacrificados, e decididamente o desequilíbrio fiscal pressiona a inflação, causando o aumento dos juros, o que ocorre independentemente de qualquer bom propósito defendido por legítimos ideais.

Já na defesa do meio ambiente, é certo que os operadores mais avançados do agronegócio

combatem o desmatamento e viabilizam ações sustentáveis, fortalecendo a presença no mercado internacional. Na área da segurança pública, o combate às organizações criminosas não significa prejudicar a população da periferia, que, aliás, é a maior refém dessas estruturas voltadas para o contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Esses três setores são afetados pela visão distorcida da ideologia e o governo eleito deve se afastar de armadilhas que podem desviar a realização de objetivos fundamentais para o êxito da administração pública que terá um enorme desafio a partir do próximo ano. Na economia, a reforma tributária é tratada como prioridade e deverá ser aprovada no próximo ano, resta saber qual. O consenso é a diminuição da carga tributária incidente sobre o consumo e diminuir a regressividade que onera os mais pobres. Ainda assim, a grande questão é como fazer sem afetar a atração de investimentos e assegurar a segurança jurídica. Já no meio ambiente, é fundamental estimular e fortalecer a sustentabilidade do agronegócio

e combater quem exerce atividades predatórias que não só causam sérios danos ambientais como prejudicam a inserção da nossa produção no mercado internacional.

Na área de segurança pública, devem ser garantidos os investimentos humanos, materiais e financeiros, que não devem ser contingenciados, com a integração e coordenação entre forças federais e estaduais e a identificação do modus operandi das organizações criminosas. Um fato que não pode ser menosprezado é que o mercado ilegal (contrabando, fraudes, pirataria e contrafação) financia o crime organizado que se fortalece, afrontando o Estado em todos os níveis, ameaçando toda a sociedade, especialmente os que moram na periferia.

No dia primeiro de janeiro, renovamos a esperança de termos um governo à altura dos enormes desafios e, sem esquecer a ideologia, saber que, diante dos fatos que se impõem, devemos ponderar como agir. Em verdade, não podemos mais alimentar a frustração.